

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE AS
CONSEQUÊNCIAS E RESPONSABILIDADES POLÍTICAS DO
FURTO DO MATERIAL MILITAR OCORRIDO EM TANCOS**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XIII/4.ª (CDS-PP)]

Reunião n.º 44

(Sem revisão final)

24 de abril de 2019

(15:07 h-17:12 h)

Ordem do dia:

Audição do Major-General Tiago Vasconcelos, Assessor militar do Gabinete do Primeiro-Ministro do XXI Governo Constitucional e ex-Adjunto para o Planeamento e Coordenação do Estado-Maior das Forças Armadas

Presidente da Comissão: Filipe Neto Brandão

Deputados oradores:

João Vasconcelos (BE)

António Carlos Monteiro (CDS-PP)

Leonel Costa (PSD)

Diogo Leão (PS)

Jorge Gomes (PS)

Ascenso Simões (PS)

O Sr. **Presidente** (Filipe Neto Brandão): — Srs. Deputados, muito boa tarde.

Eram 15 horas e 7 minutos.

Vamos continuar com as audições da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as Consequências e as Responsabilidade Políticas do Furto de Material Militar Ocorrido em Tancos. Hoje temos entre nós o Major-General Tiago Vasconcelos, a quem quero saudar e agradecer a disponibilidade, que está aqui na sua qualidade de assessor militar do Gabinete do Primeiro-Ministro do XXI Governo Constitucional e ex-Adjunto para o Planeamento da Coordenação do Estado-Maior General das Forças Armadas.

Tive a oportunidade de questionar o Sr. General sobre se pretende exercer a prerrogativa regimental de uma intervenção inicial e ele informou-me que dispensaria tal formalidade, colocando-se de imediato à disposição das Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Nos termos acordados, compete hoje ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda iniciar a inquirição. Recordo que, como também foi acordado, dispõe de 5 minutos para colocar as questões.

Sr. Deputado João Vasconcelos, a quem quero igualmente cumprimentar, dou-lhe de imediato a palavra.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, em nome do Bloco de Esquerda, cumprimento o Sr. Major-General Tiago Vasconcelos. Por acaso temos algo em comum, que é o sobrenome, mas penso que só será isso.

O Sr. **Presidente**: — Nos tempos que correm é perigoso fazer essa insinuação!

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Major-General, não foi o Bloco de Esquerda que requereu a sua audição, de qualquer modo irei fazer algumas perguntas, mas não serão muitas.

Em primeiro lugar, agradeço a sua presença nesta Comissão de Inquérito que está a aproximar-se da reta final, da conclusão do seu trabalho, nomeadamente das audições, e as primeiras questões que queria colocar ao Sr. Major-General são as seguintes: na altura dos acontecimentos do furto de Tancos, em junho de 2017, e também quando se deu a recuperação, em outubro de 2017, onde se encontrava o Sr. Major-General e que funções desempenhava nessa altura? Exatamente, nesses momentos já era assessor militar do Sr. Primeiro-Ministro ou não?

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos** (Assessor militar do Gabinete do Primeiro-Ministro do XXI Governo Constitucional e ex-Adjunto para o Planeamento da Coordenação do Estado Maior General das Forças Armadas): — Sr. Deputado, como não fiz declaração inicial, aproveito a primeira ocasião em que tenho a palavra para saudar o Sr. Presidente da Comissão, as Sr.^{as} e os Srs. Deputados e todos os presentes.

Quando ocorreu quer o furto do material, em Tancos, quer o aparecimento, uns meses depois, em ambas as ocasiões, eu desempenhava as funções de Adjunto para o Planeamento e Coordenação do Estado-Maior General das Forças Armadas, em Lisboa.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — E em que altura deixou de desempenhar as funções de Adjunto e passou a ser assessor do Sr. Primeiro-Ministro?

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Cessei as funções de Adjunto para o Planeamento e Coordenação no final de novembro de 2017 — não me recordo exatamente do dia mas foi na transição de novembro para dezembro de 2017. Depois, durante cerca de 6 meses, desempenhei as funções de Inspetor-Geral do Exército e estava nessas funções quando, no final de maio de 2018, assumi as funções de assessor militar do Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Tanto na qualidade de Adjunto do Planeamento e Coordenação do Estado-Maior General das Forças Armadas como na de assessor militar do Sr. Primeiro-Ministro, alguma vez ouviu falar ou teve conhecimento do estado em que se encontravam os Paióis Nacionais de Tancos, que padeciam de muitas vulnerabilidades, como temos vindo a constatar ao longo das várias audições?

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Sr. Deputado, como assessor militar do Sr. Primeiro-Ministro, manifestamente não. Eu iniciei funções em maio de 2018, portanto, já todo este processo de Tancos tinha passado, pelo menos os dois eventos mais marcantes do furto e do aparecimento do material já tinha passado.

Nas funções que desempenhava como Adjunto do Planeamento e Coordenação do Estado-Maior General das Forças Armadas não tinha qualquer espécie de visibilidade, de tutela ou de responsabilidade sobre os Paióis Nacionais de Tancos. De resto, é uma infraestrutura onde nunca fui. Conheço menos aquela infraestrutura do que os Srs. Deputados desta Comissão, que já a visitaram.

Nunca prestei serviço naquelas Unidades circundantes de Tancos, o que não quer dizer que não tenha ido a Tancos muitas vezes, com certeza, como qualquer militar do quadro permanente, pois Tancos e Santa Margarida são locais onde uma pessoa se desloca com alguma frequência, mas não

conhecia a infraestrutura e não tinha a mínima noção do estado em que podiam estar as vedações, etc., etc. Não tinha qualquer espécie de informação sobre isso.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Relativamente ao furto de Tancos ou à recuperação do material de guerra, alguma vez o Sr. Primeiro-Ministro falou com o Sr. Major-General? Alguma vez tiveram alguma conversa sobre esses dois factos, esses acontecimentos?

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Sr. Deputado, quando foram estes acontecimentos eu não conhecia sequer o Sr. Primeiro-Ministro, nunca na vida tinha falado com o Sr. Primeiro-Ministro. Só o conheci quando fui desempenhar as funções de assessor militar e quando fui, em maio de 2018, Tancos não era um assunto que estivesse na ordem do dia. Portanto, nunca falei como Sr. Primeiro-Ministro sobre o problema das vedações ou dos materiais, dessas coisas todas. Não era assunto.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — E a partir do momento em que passou a desempenhar as funções de assessor militar nunca o Sr. Primeiro-Ministro falou com o Sr. Major-General, nunca houve qualquer conversa relativamente aos acontecimentos de Tancos?

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Sr. Deputado, relativamente aos acontecimentos de Tancos, quanto ao furto e ao aparecimento do material, nunca, jamais, conversei com o Sr. Primeiro-Ministro sobre essas questões específicas. Aliás, compreensivelmente, uma vez que só assumi funções 6 meses depois de esses dois eventos terem ocorrido.

Relativamente a todo esse período até maio de 2018, não vou dizer que não leio os jornais, evidentemente que, como militar, acompanhei as

questões de Tancos e muitas das pessoas que vieram aqui às audições são pessoas que conheço há muitos anos. Portanto, não estou a dizer que nunca ouvi falar em Tancos, não é isso, mas quando me apresentei no Gabinete, em maio de 2018, Tancos, o furto e o aparecimento, não eram questões de que tratássemos na conversa inicial com o Sr. Primeiro-Ministro quando assumi funções — e foi uma conversa ainda bastante prolongada. Não foi assunto de que tratássemos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Relativamente à denominada Operação Húbris, ao célebre memorando sobre a recuperação das armas, alguma vez o Sr. Major-General e o Sr. Primeiro-Ministro conversaram?

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — A partir do momento em que houve todas estas coisas, não falei imediatamente. Estive com o Sr. Primeiro-Ministro numa ou noutra ocasião mas falar muito especificamente sobre a Operação Húbris ou sobre essas coisas todas ... Não vou dizer que nunca conversei com o Sr. Primeiro-Ministro nesse período porque isso aconteceu, inclusivamente, dois ou três dias depois da detenção do Coronel Luís Vieira, houve um almoço de despedida da Chefe de Gabinete e, portanto, trocámos algumas impressões, não muitas, pois num almoço também não se proporcionava. Mas sobre a Operação Húbris em concreto não.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Considera que o Sr. Primeiro-Ministro tinha conhecimento da alegada encenação da recuperação das armas?

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Do contacto que tive com o Sr. Primeiro-Ministro nesses dias, nas duas ou três vezes em que, porventura, tenha falado com ele ou com o Chefe de Gabinete, porque às vezes não se

fala logo diretamente com o Sr. Primeiro-Ministro, a noção que tenho, enfim, quase com a certeza absoluta, é que o Sr. Primeiro-Ministro, evidentemente, não sabia de encenação nenhuma.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Considera normal o facto de a Polícia Judiciária ter passado a liderar as investigações em vez da Polícia Judiciária Militar, embora coadjuvada por esta?

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Se eu percebo a pergunta, penso que é sobre a circunstância de ter havido um despacho da Sr.^a Procuradora-Geral.

Sr. Deputado, sobre isso, evidentemente que, sabendo que vinha aqui responder a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, acompanhei as audições anteriores praticamente todas e o que sei e a sensibilidade que tenho, provavelmente, não é muito diferente da dos Srs. Deputados, porque o que sei foi o que ouvi aqui e o que li nos jornais.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — E no seu entendimento considera ser plausível e de aceitar o facto de a Polícia Judiciária passar a liderar as investigações? É que há outras teses, nomeadamente a do anterior Diretor da Polícia Judiciária Militar que considera que foi uma ilegalidade e defende, continua a defender, que devia ter sido a PJM a conduzir o todo processo.

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Sr. Deputado, sobre essas coisas, o meu entendimento é muito claro: a Polícia Judiciária, a Polícia Judiciária Militar, nós todos, como cidadãos, temos de cumprir a lei — ponto!

Portanto, não subscrevo qualquer posição que ponha qualquer pessoa numa lógica de não cumprir a lei. Sobre isso não tenho grandes comentários

a fazer, tanto mais que era uma altura em que eu estava completamente afastado desse problema.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Uma última pergunta: no seu entendimento, considera que houve encenação na recuperação das armas ou foi simplesmente a recuperação do material militar?

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Hoje, depois de ter ouvido todas as audições aqui e de ler os jornais— não tenho acesso a mais informação privilegiada sobre esta matéria —, a noção que tenho é que, de facto, na operação de recuperação de material houve uma encenação. Houve uma encenação de uma chamada anónima, e acho que já foi aqui reconhecido pelo Major Vasco Brazão e por outras pessoas que realmente a chamada anónima não foi espontânea, foi uma coisa montada. Portanto, sim, terá havido uma encenação da recuperação, alegadamente para proteger um informador. Essa também é a noção que eu tenho.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, acabei as minhas perguntas.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado João Vasconcelos, agradecendo igualmente ao Sr. Major-General pelos esclarecimentos prestados.

Dou agora a palavra ao Grupo Parlamentar do CDS-PP, ao Sr. Deputado António Carlos Monteiro, a quem cumprimento igualmente, que dispõe também de 5 minutos, nos termos regimentais.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar o Sr. Major-General.

Sabendo nós que o Sr. Major-General estava a exercer funções no Estado-Maior General das Forças Armadas na altura em que ocorreu o furto, pode dizer-nos como teve conhecimento do mesmo?

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Já não tenho a certeza absoluta se soube pelos jornais ou pela televisão ou se foi no Estado-Maior General das Forças Armadas. Nesse dia, passado algum tempo, as pessoas sabiam. Havia pessoas que estavam a ver televisão.

Mas se não foi diretamente pela comunicação social, foi indiretamente, porque algum dos meus colaboradores me disse: «Sr. General, já viu o que está a passar na televisão?» Foi qualquer coisa assim desse género, não foi um conhecimento interno, uma mensagem interna, uma coisa oficial. Disso tenho a certeza absoluta, lembro-me bem que não foi.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Portanto, o Sr. Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, que teve conhecimento em Bruxelas e que nos contou a forma como teve conhecimento, por um telefonema, não partilhou consigo nada do aconteceu nesse dia do furto ou no dia em que tomou conhecimento do furto?

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Não, mas também não era suposto. A minha esfera de competências, as responsabilidades que tinha, as minhas atribuições, não me punham numa rota onde fosse natural que essa informação me fosse transmitida imediatamente, como preocupação para fazer alguma coisa ou algo assim.

De qualquer maneira, é verdade que o Sr. General estava em Bruxelas, aliás, creio que estava com o Sr. Ministro. Eu estava em Lisboa e o Chefe de Gabinete do General CEMGFA estava em Lisboa. Aquilo é o mesmo edifício, estamos em contacto praticamente o dia todo, almoçamos juntos, eu

ia muitas vezes lá acima, ele vinha cá abaixo e, portanto, isso soube-se logo — e também do General CEMGFA (Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas) telefonaram a dizer qualquer coisa. Eu estava em contacto permanente com o Gabinete dele e não havia razão nenhuma para que o Sr. General CEMFGA me contactasse por causa desse assunto, nesse dia em particular.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sabendo-se, no Estado-Maior General das Forças Armadas, que ocorreu Tancos e tendo essa informação circulado, o Sr. Major-General detetou alguma medida, alguma iniciativa, alguma reacção ao que sucedeu?

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — O Sr. General estava com o Sr. Ministro, em Bruxelas; não estava ao pé dele, mas imagino que tenha falado com o Chefe de Estado-Maior do Exército. Imagino não, sei que falou! Até porque isso foi aqui conversado também na Comissão Parlamentar de Inquérito.

Depois, talvez no dia seguinte ou dois dias depois... Quando o General Pina Monteiro estava no EMGFA (Estado-Maior General das Forças Armadas), todos os dias às 9 horas, tínhamos uma reunião de coordenação. Todos os dias, por defeito, desde que ele estivesse, às 9 horas tínhamos essa reunião. Nesse dia não tivemos, porque ele estava em Bruxelas.

No primeiro dia, depois de regressar a Portugal, de certeza absoluta que tivemos uma reunião. Não sei se terá sido no dia 29 ou no dia 30, mas esse assunto há de ter sido falado. Como não era algo da minha esfera de competências, não era algo sobre o qual tivesse tomado muitas notas ou que houvesse ações minhas ou dos serviços e das Unidades funcionais que dependiam de mim, não havia nada a fazer.

Realmente, no momento posterior, já bastante tarde, não sei precisar quando, umas semanas depois, o Sr. Ministro da Defesa produziu dois despachos, salvo erro o Despacho n.º 43 e o Despacho n.º 44, um dos quais dava indicações à Inspeção-Geral de Defesa Nacional para conduzir umas ações inspetivas e aos chefes dos ramos para reverem os seus sistemas de segurança.

Não obstante o facto de esse despacho não estar dirigido propriamente ao Estado-Maior General das Forças Armadas, porque este não tem um dispositivo nem tem Unidades espalhadas pelo País, em todo o caso, temos três pequenas áreas sobre as quais eu tinha alguma responsabilidade. Um dos comandos que dependia de mim, o Comando de Apoio-Geral, e, na dependência desse Comando de Apoio-Geral, estavam as três Unidades de apoio de três locais, em Lisboa e nos arredores, cujo apoio de vida real dependia de mim: o reduto Gomes Freire, em Oeiras, onde está o Quartel-General do STRIKFORNATO (Naval Striking and Support Force), o Comando Conjunto para as Operações Militares e uma série de outras estruturas, o Campus de Saúde Militar, no Lumiar, onde está o Hospital das Forças Armadas e o complexo de dois edifícios propriamente dito, onde está o EMGFA e o Ministério da Defesa Nacional.

Aí, sim, na decorrência desse despacho, não obstante a missão não nos ser dada, era aos ramos, tivemos a preocupação de, em relação às instalações que estavam à nossa responsabilidade...

Também são instalações onde a maior parte dos bens que há a proteger é a informação ou sistemas de comunicações. No EMGFA, não temos propriamente grandes sistemas de armas, não temos materiais letais, perigosos, enfim... Temos uma guarda, enfim...

Não vou dizer aqui, em público, que não temos preocupações de segurança, seria uma irresponsabilidade, com certeza que temos, mas temos um grau de segurança e um dispositivo de segurança apropriado à natureza

de instalações que não são paióis, não são arsenais. O Campus de Saúde Militar do Lumiar, no fundo, é um hospital, com mais umas estruturas à volta.

Portanto, começámos a rever todo o dispositivo de segurança dessas instalações e, depois, quando finalmente foi produzido um relatório — sei que foi dois ou três meses depois de ter cessado funções — foram adotadas uma série de medidas, tal como foram adotadas uma série de outras de medidas que têm vindo aqui a ser descritas na Comissão Parlamentar de Inquérito, como o transporte de materiais, que abrangeu sobretudo o Exército, mas que acabou também por ter implicações com a Marinha e com a Força Aérea.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Major-General, estou a colocar estas perguntas por uma razão. Não deixamos de ficar algo surpreendidos com a dificuldade de circulação da informação. O que ficámos a saber é que havia reuniões semanais do SISMIL (Serviço de Informações Militares) com a PJM (Polícia Judiciária Militar) e que, apesar de termos sido informados de que teria havido um aviso prévio à PJM que algo poderia acontecer na zona centro, nada chegou ao SISMIL.

Cabendo ao Sr. Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas a missão de cooperar com as forças e serviços de segurança — aliás foi ele que, depois, acabou por ter sido convidado e ir à reunião da UCAT (Unidade de Coordenação Antiterrorismo) — parece que também a informação não circulava e não circulou. Essa é uma questão que queremos saber: afinal, o que é que não funcionou?

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Sr. Deputado, percebo perfeitamente a sua pergunta e a preocupação dos Srs. Deputados da Comissão. Com certeza, acho que é perfeitamente legítima.

No que me diz respeito e no que diz respeito às funções que ocupava, o que posso dizer é que, em relação a outras estruturas, pode dizer-se que não circulou informação, mas devia ter circulado. Portanto, houve uma deficiência por essa informação não ter circulado.

No meu caso, em relação aos órgãos que estavam na minha dependência, posso dizer que a informação não circulou porque não tinha de circular. Vou explicar: o Adjunto para o Planejamento e Coordenação basicamente o que faz? É uma espécie de Chefe de Estado-Maior de nível político-estratégico do Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas. Isto porque ele depois tem um Estado-Maior para a condução das operações, que é um comando conjunto de operações militares e uma estrutura separada da minha. Esse Estado-Maior é constituído basicamente por duas grandes divisões — enfim, não são muito grandes, são à escala do nosso País —, a Divisão de Planejamento Estratégico Militar e a Divisão de Recursos.

Depois, além disso, também tinha na minha dependência não uma Divisão de Estado-Maior, mas uma Direção de Comunicações e Sistemas de Informação, cuja principal responsabilidade são as comunicações estratégicas, não as comunicações táticas, sobretudo com as forças destacadas que temos no exterior, ou seja, os sistemas de comunicações, os circuitos, os sistemas de informação que têm de funcionar para que as nossas forças destacadas nos teatros de operações recebam a orientação que têm de receber do comandante operacional das Forças Armadas, que é o Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas.

Além disso, ainda dependia de mim o Comando de Apoio-Geral, em cuja dependência, por seu turno, funcionavam as três Unidades de apoio que já aqui referi: reduto Gomes Freire, hospital e edifício do EMGFA. No que diz respeito aos meus serviços não havia essa questão.

Percebo a sua pergunta, mas isso é mais com o SISMIL, que não dependia de mim. Não tinha de necessidade de conhecer!

Não excluo completamente a possibilidade de, nessas reuniões das 9 horas da manhã, que havia com o Sr. General CEMGFA, e nas quais o SISMIL estava todos os dias, esse assunto não pudesse ser tratado, mas não acredito que fosse sequer muito tratado, porque normalmente nessa reunião de coordenação procurávamos que fossem tratados apenas os assuntos que diziam respeito a todos. Por exemplo, também lá estava o Diretor de Saúde Militar, o Diretor de Finanças, portanto, todas as pessoas que dependiam diretamente do General CEMGFA estavam nessa reunião da manhã, mas a muitas dessas pessoas estes assuntos não interessavam e elas não tinham necessidade de os conhecer. Para nós, este é um princípio muito simples e muito basilar: o princípio da necessidade de conhecer. Não havia vantagem de que conhecessem e, portanto, não...

No meu caso, percebendo a sua preocupação, creio que se pode dizer que este foi um problema detetado e a corrigir no futuro. O Adjunto para o Planeamento e Coordenação, para o exercício das suas funções, pode ter conhecimento dessas coisas, mas não é uma coisa de que precise vitalmente para que possa exercer as suas funções.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Como é que tomou conhecimento do achamento do material furtado?

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Do achamento do material... No dia 18 de outubro, provavelmente em circunstâncias parecidas com as do furto... Era um dia de semana, provavelmente estaria no EMGFA, a trabalhar. Isso foi no dia 17? Foi também no EMGFA, provavelmente, terá sido algum colaborador que veio dizer-me. Se eu, por acaso, tinha a televisão ligada no gabinete — por vezes tinha — poderei ter visto logo. Não foi informação interna.

Já agora, Sr. Deputado, pelas mesmas razões, não vejo nisto uma situação anormal, porque mesmo que eu tivesse a necessidade de conhecer, provavelmente também iria saber pela televisão. Hoje em dia, muitas vezes, as coisas sabem-se pela televisão antes de se saberem pelas vias funcionais.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Teve conhecimento da discordância entre a Polícia Judiciária Militar relativamente à atribuição, pelo Ministério Público, da investigação à Polícia Judiciária?

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Na altura, não. Enfim, não foi um assunto que me capturasse a atenção. Mais uma vez, era algo que estava completamente fora do alcance das minhas competências, atribuições, responsabilidades. Não foi algo que me preocupasse ou que eu tivesse sabido.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Enquanto exerceu essas funções, não teve qualquer contacto com a Polícia Judiciária Militar nem com ninguém próximo da Polícia Judiciária Militar que lhe transmitisse esse desconforto, nem com responsáveis militares que lhe transmitissem esse desconforto?

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Sr. Deputado, em relação a contactos com pessoas da Polícia Judiciária Militar, posso dizer categoricamente que não.

Enfim, se me pergunta se, no edifício do EMGFA, não me cruzei com um militar da PJM, sou capaz de me ter cruzado, evidentemente. Dos militares que estão lá, há pelo menos dois oficiais de cavalaria...

Fui Diretor da Arma de Cavalaria e Presidente do Conselho da Arma de Cavalaria e não vou dizer que não os conheça e que não lhe tenha dado

um passou-bem, mas falar sobre estes problemas de rivalidades ou competições foi algo que não...

Sr. Deputado, mais uma vez, e porque para as pessoas que nos ouvem de fora pode parecer que andamos a dormir e passa tudo ao lado, não é isso! Não tinha nada a ver com... Não é pela circunstância de trabalharmos todos, mais ou menos perto, naquele edifício, que as pessoas passam a vida a falar umas com as outras.

A Sr.^a Deputada Berta Cabral foi Secretária de Estado e não me deixará mentir! Provavelmente, há muita gente que trabalha naquele edifício com que a Sr.^a Deputada nunca se cruzou, apesar de ter lá estado alguns anos. Isso não é anormalidade nenhuma! Por que razão havia eu de falar com alguém da Polícia Judiciária Militar?

Por acaso, os serviços da Polícia Judiciária Militar estão instalados no edifício que também era apoiado, em termos de apoio de vida real — água, luz, alimentação —, pela Unidade de apoio do Estado-Maior General das Forças Armadas, isto é, também beneficiavam desse apoio. Aliás, também beneficiam os serviços centrais do Ministério da Defesa — isso está coordenado com a Secretaria-Geral —, mas não ao ponto de termos conversas sobre questões, sobretudo no âmbito da Polícia Judiciária Militar, ou investigações que, muitas vezes, estão em segredo de justiça.

Não faria sentido, do meu ponto de vista, que estivesse a trocar impressões com alguém sobre esses problemas da Polícia Judiciária Militar. Não era o meu horizonte de responsabilidade.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas não lhe foi transmitido esse mesmo desconforto por nenhum dos militares? Não sentiu isso na instituição?

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Sr. Deputado, nas funções que desempenhava, não.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Major-General, pode explicar-nos como foi convidado e acabou por aceitar o lugar de assessor militar do Sr. Primeiro-Ministro?

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Sim, posso, não tem problema nenhum.

Cerca de um mês ou de um mês e tal antes de me apresentar, fui chamado pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, o General Rovisco Duarte, que me disse que o Sr. Almirante Montenegro — não me terá referido o nome —, que era o assessor militar do Primeiro-Ministro na altura, se ia reformar, ou que já se tinha reformado, e que tinha de cessar funções e que um militar reformado continuar em funções era complicado e ele também não queria.

Disse-me que lhe tinham pedido — não sei exatamente quem — para indicar um nome de um oficial do Exército que achasse, no seu critério, que pudesse desempenhar bem estas funções. Chamou-me, perguntou-me e a única observação que fiz foi o facto de estar ainda há pouco tempo nas funções de Inspetor-Geral do Exército e que ainda estava a amadurecer no posto.

As pessoas não nascem ensinadas para este tipo de funções e, evidentemente, em princípio, temos as competências para desempenhar as funções, mas precisamos sempre de algum tempo de amadurecimento. Sentia que, na Inspeção-Geral do Exército, ainda estava a amadurecer e, portanto, o único comentário que fiz foi esse. Mas disse-lhe que, se ele achasse bem, com certeza que seria uma honra para mim ser assessor militar do Sr. Primeiro-Ministro.

E foi assim, a conversa ficou por aí, não houve mais conversa. Nós, depois, cruzámo-nos — aliás, nessa altura, almoçava quase todos os dias com o Chefe do Estado-Maior do Exército, porque na Inspeção-Geral do Exército não tínhamos serviço de almoço — e, depois, ficámos à espera, até porque a noção que eu tinha é que podia ser eu ou outra pessoa qualquer. Uma pessoa sabe de si, não sabe se foram dados outros nomes.

Passadas algumas semanas, telefonou-me a, na altura, Chefe do Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro e, quando a minha secretária me chamou para atender o telefone, percebi logo que, então, era mesmo capaz de ser eu. A Chefe do Gabinete transmitiu-me o convite do Sr. Primeiro-Ministro para servir no Gabinete dele como assessor militar e, passados oito dias, estava a iniciar funções.

Portanto, iniciei funções no dia 28 de maio, uma segunda-feira, este telefonema da chefe do Gabinete terá ocorrido no dia 21 de maio e a conversa com o General-Chefe duas ou três semanas ou talvez um mês antes.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Portanto, segundo aquilo que nos está a dizer, a sua nomeação como assessor militar do Sr. Primeiro-Ministro resulta, no fundo, de uma indicação do Sr. General-Chefe Rovisco Duarte. É isso?

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Num determinado momento, sim, foi ele que falou comigo. As únicas duas pessoas que falaram comigo sobre este assunto foi, primeiro, o General Rovisco Duarte e, depois, passadas algumas semanas, a Chefe do Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro. Mais ninguém. Foi exatamente assim como estou a dizer.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Portanto, aquilo que fiz foi tirar uma conclusão óbvia, não é verdade?

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Claro, deduziu muito bem! Foi isso mesmo.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — E diga-me o seguinte: que articulação é que estabeleceu, na altura, no Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro com o Gabinete do Ministro da Defesa Nacional? Reuniu com o Chefe do Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro? Reuniu com o Chefe do Gabinete do Sr. Ministro da Defesa Nacional?

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Sequencialmente, quando cheguei ao Gabinete, na semana anterior, portanto, entre esse telefonema do dia 21 de maio e o momento em que assumi funções no dia 28 de maio, nessa semana, numa quarta ou quinta-feira, embora continuasse a desempenhar funções na Inspeção-Geral do Exército, fui encontrar-me com o Sr. Almirante Montenegro para fazer com ele alguma sobreposição e para me aperceber de quais eram as tarefas, enfim, aquilo que é usado fazer-se — aliás, toda a vida fiz isso quando sou rendido ou quando rendo alguém.

Como dizia, fizemos uma sobreposição e, logo nessa altura, fomos falar os dois juntos — e isto ainda antes de ter assumido funções — com a Sr.^a Chefe do Gabinete, que me deu, mais ou menos, as suas instruções sobre o funcionamento do Gabinete e sobre aquilo que se esperava do assessor militar e, depois, fui falar com o Sr. Primeiro-Ministro.

Tivemos uma conversa de cerca de meia hora, em que o Sr. Primeiro-Ministro me disse quais as áreas que considerava mais importantes na política de defesa nacional e quais os grandes desafios que nessa área se colocavam — e tenho essa conversa bem presente. Aliás, o que o Sr. Primeiro-Ministro fez foi exatamente aquilo que determina que se faça o decreto-lei que estabelece o regime dos gabinetes dos membros do Governo

— e este decreto-lei aplica-se aos gabinetes de todos os membros do Governo, mas, depois, há um relativo apenas ao Gabinete do Primeiro-Ministro, só que, neste caso, funciona um regime subsidiário —, segundo o qual «os membros dos gabinetes desempenham a suas funções de acordo com as orientações e instruções do respetivo membro do Governo».

Portanto, tive essa conversa, de cerca de meia hora, com o Sr. Primeiro-Ministro, complementada com a conversa que tinha tido com a Chefe do Gabinete e com a sobreposição que fiz com o Sr. Almirante Montenegro. Acresce a isto o que diz o decreto-lei, o que, no entanto, não é muito.

É que, como o Sr. Deputado sabe, o assessor, no desempenho das suas funções, ao contrário das funções que eu tinha como Adjunto para o Planeamento e Coordenação do Estado-Maior General das Forças Armadas, em que havia uma lista, que ocupa quase uma página do *Diário da República*, de atribuições, responsabilidades e competências, além de a pessoa ter na sua dependência uma série de serviços e estruturas que servem justamente para desempenhar essas funções, não tem uma grande estrutura dele dependente. E aquilo que diz o decreto-lei, de 2012, é que «Os assessores coordenam as respetivas assessorias e prestam o apoio político e técnico especializado nas respetivas áreas de competência» e ainda com as orientações que recebem.

Depois, munido destes instrumentos, das conversas que tive e da minha própria experiência, comecei a desenhar a forma de desempenhar as funções. E, evidentemente, uma das coisas que achei logo — e isso, aliás, está mais ou menos subjacente nas perguntas do Sr. Deputado — foi que seria bom para o desempenho das minhas funções ter uma boa ligação, uma boa articulação informal com as pessoas que ocupam os cargos dirigentes na macroestrutura da Defesa Nacional, as chefias militares.

Tudo isso é relativamente facilitado porque nós, como assessores militares, normalmente somos Oficiais Gerais, pelo que, quanto mais não seja pela nossa idade e pelo nosso tempo de serviço, de um modo geral, já conhecemos praticamente todas as pessoas. Quer dizer, eu já conhecia o Secretário-geral do Ministério, os diretores-gerais, o presidente do IASFA (Instituto de Ação Social das Forças Armadas), que foi meu colega na Academia Militar, o diretor do Instituto da Defesa Nacional (IDN), que foi, juntamente comigo, professor no Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM).

Portanto, os chefes militares — ou seja, os chefes, os vice-chefes, os chefes dos gabinetes — são pessoas mais ou menos minhas contemporâneas, pelo que foi relativamente fácil estabelecer essa ligação. E depois, a orientação do Sr. Primeiro-Ministro, para mim, foi bastante clara. Não precisei de mais nada. Sou oficial do Exército há mais de 30 anos e sou Oficial General quase há nove anos. Estou habituado a funcionar mesmo na ausência de ordens e mesmo na ausência de ordens, uma pessoa deve ter alguma capacidade de estabelecer aquilo que deve ser feito. Portanto, com aquilo, eu estava perfeitamente munido.

Além disso, tive o que considero ter sido sorte, porque iniciei o desempenho das minhas funções quando estávamos a chegar ao princípio do fim, isto é, a finalizar a preparação da Cimeira da NATO, que decorreu, em Bruxelas, nos dias 10 e 11 de julho de 2018.

Assim, nesse primeiro mês e meio de funções, participei — enfim, eu era assessor, estava a ajudar, não era participante — em diversas, aliás, muitas, reuniões, metade das quais presididas pelo Sr. Primeiro-Ministro, no Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro, e outras no gabinete do Sr. Ministro da Defesa, com os Srs. Ministros da Defesa e Adjunto, com vários membros do Governo, com pessoal dirigente, e sempre com as Finanças, para responder ao compromisso de investimento em Defesa que o Estado português

assumiu, em 2014, na Cimeira de Gales, compromisso esse reiterado na Cimeira de Varsóvia, em 2016, e ao qual tinha finalmente de se dar uma resposta expressiva na Cimeira de 2018.

Isso foi público e esse esforço foi feito, tendo envolvido pessoal técnico especializado. E isso, de algum modo, para mim, foi muito bom, porque não apenas me permitiu estabelecer ou melhorar ainda, se possível, a ligação com uma série de atores na área de Defesa Nacional, a saber, o diretor-geral de recursos, o diretor político do Ministério e o secretário-geral, como também me permitiu nessas reuniões aperceber-me melhor ou consolidar melhor as orientações que o Sr. Primeiro-Ministro me tinha dado na reunião inicial e, portanto, ficar um pouco mais ciente do seu próprio pensamento, da sua maneira de ver a Defesa Nacional, as suas áreas prioritárias e aquilo que ele considerava como os seus principais desafios.

Nos meses subsequentes, houve também muitas ocasiões em que tive oportunidade de interagir com o Sr. Primeiro-Ministro. Logo na semana a seguir à Cimeira de Bruxelas, o Sr. Primeiro-Ministro presidiu a uma cerimónia do batismo do navio da Marinha portuguesa, o NRP (Navio da República Portuguesa) Sines, nos Estaleiros da West Sea, em Viana do Castelo e foi preciso articular alguns tópicos para um discurso, o que obrigou a alguma interação com o Sr. Primeiro-Ministro.

Depois, meteram-se as férias, mas, logo no início de setembro, o Sr. Primeiro-Ministro presidiu ao Dia do Estado-Maior General das Forças Armadas, com um discurso já bastante mais robusto, em que se pôde já incorporar muito daquilo com que nos tínhamos comprometido na Cimeira de Bruxelas e a forma como isso se iria projetar num futuro próximo.

Em outubro, o Sr. Primeiro-Ministro visitou a Força Aérea; em setembro, visitou também um navio da Marinha, o NRP Viana do Castelo, que estava atracado em Luanda; fomos juntos ao Afeganistão; em novembro,

o Sr. Primeiro-Ministro visitou, em Braga, a exposição, muito interessante, do Soldado do Futuro.

A propósito, penso que é um sentimento partilhado por todos no País — na medida em que isso for possível, porque às vezes não é — que o dinheiro que gastamos em defesa sirva também para robustecer o nosso sistema científico e tecnológico, para criar emprego e para melhorar o nosso tecido industrial. E esse projeto do Soldado do Futuro é um bom exemplo desse tipo de parcerias saudáveis que devem ser feitas.

Isto para dizer — e para não estar a incomodar aqui os Srs. Deputados, que têm mais que fazer — que sim, que cultivo essa ligação, na medida do possível, porque ainda não conheço todas as pessoas, não estou sempre com elas.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. General, agradeço essa longa exposição. E, sobre Tancos, nada lhe foi dito, nada lhe foi pedido?

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Sr. Deputado, posso dizer que despertei para a questão de Tancos, no Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro. Não vou dizer que Tancos me passou completamente ao lado, mas, nesse período inicial, não. Portanto, durante todo esse período, até à Cimeira de Bruxelas, de certeza absoluta que não.

Despertei para a questão de Tancos, no Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro, no dia 14 de julho, quando li uma manchete do *Expresso* que dizia que, afinal, o material não tinha aparecido todo, que ainda faltavam umas cargas, umas granadas de mão, enfim, faltavam algumas coisas. Foi aí que eu... É que, até então, não.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — E qual foi a reação, quando tomou conhecimento, pela manchete do *Expresso*, que não tinha sido recuperado todo o material?

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Sr. Deputado, essa notícia do *Expresso*, que estive agora a rever quando estava a preparar-me para esta audição, abordava duas questões. Uma delas era a questão do material que ainda faltava recuperar. Na altura, a avaliação que fiz...

Eu conheço o material tecnicamente, pelo que sei que algum do material que está ali, embora tenha nomes que para a opinião pública possam ser muito assustadores e, certamente, alguns deles são perigosos e com eles podem fazer-se coisas perigosas, mas outros nem tanto, como uma série de granadas que atordoam uma pessoa mas não têm graus de letalidade nem de perigosidade muito grandes... Mas, no fundo, o que pensei foi isto: a partir do momento em que tinha aparecido uma caixa a mais — não sei se se recordam de que, alguns meses antes, quando o material apareceu, tinha aparecido uma caixa a mais —, era natural que aquilo que estava naqueles paióis, uns paióis que ainda por cima eram de grande rotação e de serviço diário, realmente não tivesse sido inventariado e não constasse da lista, como duas ou três granadas, uma outra granada de instrução, enfim, qualquer coisa assim do género.

Claro que isso é mau, mas esse problema, essas falhas de inventário já estão diagnosticadas — aliás, acho que houve pessoas que inclusivamente foram punidas por isso.

A outra parte da notícia do *Expresso* apontava para o haver ali uma rivalidade, uma competição ou qualquer coisa entre a Polícia Judiciária e a Polícia Judiciária Militar. Tenho aqui a notícia que diz, sobre o furto de Tancos, o seguinte: «(...) era suposto trabalharem juntos debaixo da coordenação dos procuradores do DCIAP (Departamento Central de

Investigação e Ação Penal), mas, a partir desse dia,...» — e esse dia terá sido em julho — «... as relações já então frágeis entre as duas corporações quebraram definitivamente». Sim, no dia 14 de julho, de algum modo, tomo contacto com esta realidade.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Major-General a questão é a seguinte: que reacções é que têm e que medidas é que tomam?

Aquilo que me parece é que, quando o senhor assumiu as suas funções como assessor, Tancos tinha sido varrido para debaixo do tapete. Não era nem uma preocupação nem uma prioridade, apesar de tudo o que sabemos hoje! É assim, ou não? Recebeu alguma instrução específica sobre Tancos? Teve alguma atividade sobre Tancos? Foi-lhe transmitida alguma preocupação?

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Sr. Deputado, quando assumi funções, no final de maio... Admito que, para muitas pessoas, deveria ser...

Estava a decorrer uma investigação, os culpados ainda não tinham sido apanhados, o material tinha aparecido — o que tinha sido uma coisa positiva. Mas as pessoas que perpetraram esse ato ainda não tinham sido apanhadas... Com certeza que estava a decorrer uma investigação, com certeza que muitas medidas corretivas, que tinham sido feitas, estavam em campo ou já tinham sido concluídas e, portanto, nessa altura, não havia nada que me parecesse que o Sr. Primeiro-Ministro pudesse estar a fazer que não fosse esperar que a investigação fosse concluída, que as pessoas que realizaram o furto fossem apanhadas, acusadas e julgadas e que, se fossem culpadas, cumprissem as suas penas!

Sinceramente, não estou a ver que, naquela altura, pudesse haver grandes preocupações, porque aquilo que havia para ser feito já estava a ser feito.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. General, mas foi-lhe transmitida alguma coisa em relação a Tancos, de que deveria acompanhar o assunto e estar preocupado? A pergunta é essa!

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Sr. Deputado, obrigado pela pergunta e ainda bem que a reformula.

Não é preciso, Sr. Deputado! A partir do momento em que sai esta notícia no *Expresso*, não preciso que o Sr. Primeiro-Ministro ou a Chefe de Gabinete me digam «Sr. General, acompanhe este assunto»! Quer dizer, evidentemente que, quando há uma coisa destas, muito mau seria que eu, como Assessor militar do Primeiro-Ministro, tivesse de aguardar ordens ou orientações para acompanhar o assunto, no que ele podia ser acompanhado. Com esta notícia, o que é que o Sr. Deputado fazia se fosse assessor militar do Primeiro-Ministro? Acompanhar o assunto...

Como é que eu acompanhei o assunto? Dois ou três dias depois desta notícia, o Sr. Ministro da Defesa foi ouvido na Comissão de Defesa e eu estava aqui a acompanhá-lo — e até poderia não estar, pois poderia ver na ARTV —, a tomar notas, a perceber... Eu também estava a tomar contacto com o problema nessa altura. Passados cerca de 15 dias, o General Rovisco Duarte, Chefe do Estado-Maior do Exército, também veio responder à Comissão de Defesa e eu acompanhei-o e estive a assistir.

Portanto, estive a acompanhar o assunto nesses dias... Tenho aqui a agenda... Deverei ter falado, naturalmente... Vou, de vez em quando, almoçar ao Estado-Maior do Exército e com certeza que teremos falado sobre isto, mas, para além daquilo que era acompanhar estas audições parlamentares, acompanhar as notícias e continuar a esperar pelos resultados da investigação — se calhar com um bocadinho mais de ansiedade, mas não

mais do que isso! —, não havia mais nada que eu pudesse fazer. E mais, na minha maneira de ver, não havia mais nada que eu achasse que devesse fazer.

Acho que, nessa altura, fiz aquilo que se impunha a um assessor militar do Primeiro-Ministro perante as circunstâncias. Não havia outras coisas que eu devesse ter feito.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas, Sr. Major-General, sabemos que o Sr. Primeiro-Ministro tinha garantido ao País que todo o material tinha sido recuperado e essa notícia contradiz o que foi dito pelo Sr. Primeiro-Ministro. Não notou nenhum incómodo?

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Sr. Deputado, sobre essa discrepância, ou essa eventual discrepância, entre as declarações do Sr. Primeiro-Ministro a dizer que o material foi recuperado...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Todo!

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Todo... Enfim, claro que as palavras contam, com certeza que sim — agora não tenho aqui essa transcrição! —, mas penso que isso já foi aqui explicado, por várias vezes, na Comissão de Inquérito, por pessoas que viveram esses momentos.

Quer dizer, houve pessoas que viveram esses momentos no próprio dia! Eu, nessa altura, nesses eventos, no aparecimento, nas declarações... O comunicado, essas coisas todas, isso já foi dilucidado nesta Comissão, abundantemente! São acontecimentos que não testemunhei, que não vivi por dentro...

Há uma coisa de que tenho a certeza absoluta... Enfim, certeza absoluta só temos de que morremos e de que pagamos impostos... Mas tenho a certeza absoluta de que se o Sr. Primeiro-Ministro disse que tinha sido

recuperado todo o material foi porque a informação que ele tinha era de que tinha sido recuperado «todo o material» ou «o material»... Às vezes, uma palavra pode fazer a diferença!

Não me passa pela cabeça... nem seria racional, seria uma total irracionalidade! Está a ver o que era o Sr. Primeiro-Ministro ter noção de que não tinha aparecido todo o material e fazer uma declaração que poderia ser contraditada 5 minutos depois assim: «O senhor disse que apareceu todo o material, mas, afinal, ainda está aqui uma granada, ainda está aqui uma munição»...! Portanto, a minha convicção, daquilo que observo...

Quando digo o Sr. Primeiro-Ministro refiro-me a um Primeiro-Ministro deste Governo ou de outro qualquer! Só uma pessoa muito, ou totalmente, irresponsável é que vai dizer que sabe tudo de uma coisa, ou que foi recuperado tudo, quando sabe que isso pode ser contraditado!

Portanto, a informação que, imagino, deva ter sido transmitida ao Sr. Primeiro-Ministro foi a de que «o material foi recuperado». Depois, efetivamente, veio a verificar-se que nem todo o material tinha sido recuperado, mas, em 300 e tal quilos, ou lá o que foi, de material furtado... Pronto, aparentemente não foi, porque só mais tarde é que se despertou para esse problema de uma falha de inventário em algumas coisas. Acho que até é um bocado irresponsável da nossa parte estarmos aqui a sugerir que o Sr. Primeiro-Ministro poderia saber uma coisa e dizer o contrário... Isso não é, sequer, racional, do ponto de vista... Uma pessoa não pode nem deve fazer isso! Não devemos fazer uma coisa quando sabemos que podemos ser contraditados 5 minutos depois, e uma pessoa experiente não faz isso.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — O Sr. General é que acabou de chamar irresponsável ao Sr. Primeiro-Ministro, porque o Sr. Primeiro-Ministro fez declarações para a televisão a dizer que todo o material tinha sido recuperado. Entretanto, saiu esta notícia que diz que o

material não foi todo recuperado e o aquilo que percebo é que isso não gerou, sequer, qualquer incómodo no Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro nem no Sr. Primeiro-Ministro. É isso?

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Sr. Deputado, não ponha na minha boca palavras que eu não disse e, mais, que seria até muito pouco curial dizer. Eu não disse isso!

Estamos a conversar, a atmosfera é boa aqui na Comissão, e com certeza que se podem dizer muitas coisas a brincar, mas não se pode dizer uma coisa dessas!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas não é a brincar!

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Sr. Deputados, eu jamais diria, insinuaria ou, sequer, pensaria — porque, efetivamente, não penso — isso que o Sr. Deputado disse. Desculpe, mas, como é evidente, eu não disse isso. O que eu disse, e há de estar gravado, é que não me parece que uma pessoa com o sentido de responsabilidade do Sr. Primeiro-Ministro, com a experiência que tem, fosse dizer uma coisa se não estivesse seguro de que aquilo que estava a dizer era a verdade.

Portanto, se, porventura, o Sr. Primeiro-Ministro disse que todo o material foi recuperado...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — E disse!

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Não sei se disse, mas admito que sim. Se o disse foi porque, com certeza, quem lhe fez chegar essa informação lhe disse que o material tinha sido recuperado. Agora, Sr. Deputado, a partir disto, deduzir ou fazer uma inferência de que eu acho que

o Sr. Primeiro-Ministro é irresponsável, acho que... Sinceramente, não apreciei nada esse passo que o Sr. Deputado deu!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Quem fez as afirmações sobre a irresponsabilidade foi o Sr. Major-General. A minha pergunta foi se ninguém ficou incomodado com o facto de isso ser contraditado pela notícia.

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Sr. Deputado, não conversei sobre esse assunto específico com o Sr. Primeiro-Ministro, nem nesse dia nem nos dias seguintes, mas imagino que sim, que essas notícias, com certeza, o preocupassem! Tanto mais que algum do material que constava desta notícia do *Expresso* tinha, com certeza, algum grau de perigosidade.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — E o Sr. Major-General não fica incomodado com o facto de se ter afirmado aqui que o comunicado da PJM foi elaborado em colaboração com o Gabinete do Ministro da Defesa?

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Sr. Deputado, penso que as circunstâncias em que isso aconteceu já aqui foram profusamente explicadas por outras pessoas e não posso adiantar nada sobre assuntos que não testemunhei, não estive por dentro, não conheço...

Sr. Deputado, sobre a elaboração do comunicado e as circunstâncias dessa elaboração, não tenho nada a acrescentar porque, nessa altura, não desempenhava funções que me permitissem, sequer, ter visto a forma como isso tudo foi feito. Só sei do que se passou pela Comissão de Inquérito.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas, entretanto, já nos foi dito aqui pelo Sr. Tenente-General Martins Pereira que a questão do memorando foi abordada numa conversa consigo. Pergunto-lhe quais foram os termos dessa conversa e aproveito, também, para lhe perguntar como é que acompanhou tanto a demissão do Sr. Ministro da Defesa como, depois, a demissão do Sr. Chefe do Estado-Maior do Exército — que, no fundo, foi quem o sugeriu para o cargo —, que utilizou dois argumentos para se demitir: um, que comunicou ao Sr. Presidente da República; e, outro, num *e-mail* dirigido a toda a instituição militar em que diz que apenas a eles presta contas e, ao contrário das razões pessoais que terá indicado ao Sr. Presidente da República, foram razões políticas que terão levado à sua demissão. Pode explicar-nos como é que acompanhou isso e que medidas tomou, na sequência dessas mesmas informações?

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Sr. Deputado, antes de responder às várias perguntas... Porque são várias perguntas, não é?! Uma sobre a demissão do Sr. Ministro da Defesa, outra sobre a demissão do Chefe do Estado-Maior do Exército e as coisas diferentes que ele disse e, ainda, outra sobre a conversa que tive com o General Martins Pereira no dia 11 de outubro, no dia seguinte ao Sr. Primeiro-Ministro ter afirmado em Plenário, no debate quinzenal, que mantinha a confiança no Ministro da Defesa, que nunca tinha visto o memorando.

Muito bem! Como é que acompanhei essa sequência toda de eventos? Portanto, tudo isto começou no dia 25 de setembro, com a detenção do Coronel Luís Vieira. Para mim, e penso que para a maior parte das pessoas, esse foi um acontecimento chocante! Não tive qualquer indício de que uma coisa dessas fosse ocorrer. Naturalmente, fiquei chocado, mas, na verdade, não me pareceu que houvesse nada que eu pudesse fazer, até porque a informação pública sobre isso foi abundante e, portanto... Quando a

informação pública sobre um facto é abundante, o que é que eu posso dizer ao Sr. Primeiro-Ministro ou à Chefe do Gabinete que eles não saibam já, porque viram na televisão?!

Não se impunha fazer nada, até porque, mais ou menos na mesma altura em que foi noticiada a detenção do Coronel Vieira, a de uma outra pessoa e a constituição de uma série de arguidos, foi também anunciado que se esperava a detenção do Major Brazão quando ele se apresentasse, coisa que aconteceu.

Depois, houve o depoimento do Major Brazão e, nesse período, de 25 de setembro a 2 de outubro, até à audição do Sr. Major Vasco Brazão, não aconteceu nada de especial.

No dia 4 de outubro — e, se não se importam, vou recorrer à minha cronologia —, o *Expresso online* fala no memorando e noticia que pelo menos o Chefe de Gabinete do Sr. Ministro da Defesa terá sabido, ou que o Ministério, o gabinete do Sr. Ministro ou o Sr. Ministro, alguém terá sabido... Algo que foi categoricamente desmentido, nesse mesmo dia, pelo Sr. Ministro da Defesa Nacional, que estava em Bruxelas.

Nesse mesmo dia, o Sr. Primeiro-Ministro disse também: «Conheço o que foi dito pelo Sr. Ministro e não me suscita qualquer quebra de confiança».

Portanto, houve uma notícia do *Expresso online*, houve uma negação categórica do conteúdo dessa notícia pelo Sr. Ministro da Defesa e houve uma afirmação do Sr. Primeiro-Ministro em que mantinha a confiança no Sr. Ministro.

Nesse mesmo dia foi conhecido — e disto não tive qualquer conhecimento prévio — que o General Martins Pereira, em comunicado à Lusa, admite ter recebido o Diretor da PJM e o Major Vasco Brazão, mas nesse mesmo comunicado disse que não descortinou ou não foi descortinada qualquer indicação de encobrimento de eventuais culpados do furto de

Tancos. Isto aconteceu no dia 4, véspera de feriado, e há informação abundante sobre isto.

No dia seguinte, dia 5 de outubro, sexta-feira — o *Expresso* normalmente sai ao sábado, mas, por ser feriado, saiu nesse dia —, a edição em papel do *Expresso* referiu mais ou menos a mesma coisa que já tinha sido referida na edição *online* do dia anterior.

Nas comemorações do 5 de Outubro — lembro-me que estava a ver na televisão —, o Sr. Primeiro-Ministro foi abordado e disse que mantinha o que tinha dito na véspera, ou seja, declarou a sua confiança no Sr. Ministro da Defesa Nacional.

Até aqui, e estamos a falar do período entre 4 de outubro, ao fim do dia, e 5 de outubro, feriado, não achei que devesse fazer nada, porque todos os atores deste processo já se tinham pronunciado — o Sr. Primeiro-Ministro, o Sr. Ministro da Defesa Nacional. Tinha havido o comunicado da Lusa e, enfim, pensei no que iria acontecer, subsequentemente.

Além disso, no dia 8 de outubro, segunda-feira, o Sr. Primeiro-Ministro visitava a Força Aérea, visita essa que eu iria acompanhar e, portanto, nessa visita iria ter a possibilidade de estar pessoalmente com o Sr. Primeiro-Ministro e com o Sr. Ministro da Defesa Nacional. Portanto, não havia nada que eu pudesse ou devesse fazer naquele fim de semana de 6 e 7 de outubro.

Assim foi. Fez-se a visita à Força Aérea e lembro-me de que o Sr. Primeiro-Ministro fez as habituais declarações no final da visita, alguns jornalistas perguntaram-lhe sobre o ministro e ele reiterou o que já tinha dito nos dias 4 e 5 de outubro. Portanto, no dia 8 isso ficou assim.

Mas já para o fim da tarde do dia 8 de outubro — ou, pelo menos, eu apercebi-me disso só mais para o fim da tarde —, o *Expresso online* noticiou que o advogado do Major Vasco Brazão, no dia 5 de outubro, tinha dito ao DCIAP que gostaria de se encontrar para entregar um memorando. Até então

as notícias falavam de um memorando, mas não era muito evidente que esse memorando tivesse sido entregue quando o Sr. Major Brazão foi ouvido.

No dia 9 de outubro não se passou nada, ou melhor, nesse dia houve um Conselho de Ministros extraordinário, para preparação do Orçamento do Estado para 2019, portanto, foi um dia muito ocupado para o Sr. Primeiro-Ministro, mas não houve novos desenvolvimentos neste caso.

No dia 10 de outubro, sim, realmente, foi um dia que importa que tenhamos aqui presente a sequência dos acontecimentos, embora a sequência pela qual os acontecimentos ocorreram possa não ter sido exatamente a mesma pela qual eu fui tomando conhecimento deles, já que fui tomando esse conhecimento ao longo do dia e uma coisa é estar a viver esses acontecimentos e outra coisa é, passados uns meses, na preparação para vir aqui à audição da Comissão Parlamentar de Inquérito, sequenciá-los.

Assim, no dia 10 de outubro, o Major Martins Pereira disse à RTP que o seu advogado entregara no DCIAP, ao início da tarde, a «documentação verdadeira». Até aqui falava-se no memorando e aqui surge esta expressão, «documentação verdadeira», sobre a recuperação do material de Tancos. E, enfim, houve mais uma série de declarações, mas, no debate quinzenal na Assembleia da República, o Sr. Primeiro-Ministro disse, e bem, que não conhecia o documento e afirmou que o Ministro da Defesa também não. Foi isso que foi dito no debate quinzenal.

Ao fim da tarde desse dia, a *Sábado online*, o *Expresso online*, o *Observador*, etc., voltaram ao assunto. Refiro, em particular, a *Sábado*, porque ela teve uma edição em papel, no dia seguinte, onde tudo isto veio mais pormenorizado, enquanto no *Expresso online* só saiu uns dias depois. No dia seguinte, a *Sábado* remeteu mais pormenores para a edição em papel, onde descreveu o aspeto do documento, falou de encenação, de encobrimento, enfim...

Penso que hoje em dia as pessoas já separam melhor a encenação da recuperação de material do eventual encobrimento de um crime, ou qualquer coisa, mas, na altura, os títulos faziam alguma confusão sobre esta matéria. Um dos jornais até dizia que a entrega das armas tinha sido combinada com um informador da PJM, enquanto outro dizia que os elementos da PJM teriam ocultado a identidade dos assaltantes. Portanto, houve uma série de confusões.

O dia 10 de outubro foi, portanto, um dia muito rico em acontecimentos e, do meu ponto de vista, houve uma alteração da situação.

No dia 11 vi a *Sábado* em papel, já com bastantes pormenores sobre isto, e aí pensei: «Bom, vou falar ao General Martins Pereira». Ele referiu aqui, falámos no dia 11, é um facto. Portanto, telefonei-lhe para ver em que medida seria possível conversarmos um pouco sobre isso. Mas afinal, o que é isto? Há um memorando, não há um memorando...? Há uma documentação verdadeira? Há uma encenação, há um encobrimento...?

Bom, queria que ele, de algum modo, me elucidasse sobre o que se tinha passado. E assim foi. Conversámos, no dia 11, sobre tudo isto e, já no final dessa conversa, perguntei-lhe se ele me poderia mostrar o documento, o memorando, mas ele não estava muito inclinado a fazer isso, o que eu percebo, pois temos de pôr isto no contexto da época: havia uma série de pessoas que tinham sido constituídas arguidas, tinham sido detidas, tinham invocado o nome dele, que estava a ser arrastado na praça pública. Falava-se num envolvimento criminoso, etc., etc.. Mas eu pedi-lhe para ver o documento, para poder avaliar em que medida é que o que estava no documento correspondia à verdade.

Ele não me deu o documento nesse dia, mas depois, à noite, falámos, tomou as suas decisões e ficou de me dar uma cópia do documento no dia seguinte, no dia 12, de manhã. E assim fez. No dia 12, de manhã, tive oportunidade de ver, pela primeira vez, uma cópia do documento.

O documento correspondia, basicamente, às descrições que vinham sendo feitas por ele: sem timbre, sem data, sem nada.

Tenho de dizer aqui uma coisa, porque é verdade: em circunstâncias normais eu não atribuiria qualquer importância àquele documento e deitá-lo-ia fora ou pô-lo-ia na gaveta, mas, tendo em conta tudo o que tinha acontecido, parecia-me que aquele documento deveria ser, pelo menos, do conhecimento do Chefe de Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro. Falei com o Chefe de Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro, disse-lhe: «Passa-se isto assim, assim; falei com o Sr. General Martins Pereira, tenho aqui o documento, se o quiser ver posso ir aí mostrar-lho». Ele achou bem e eu fui mostrar o documento ao Sr. Chefe de Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro, tendo-lhe entregado o documento no dia 12 de outubro, de manhã.

Esta foi, mais ou menos, a minha atuação até ao dia 12 de outubro.

Sobre a demissão do Sr. Ministro da Defesa, como deve calcular, Sr. Deputado, a demissão de um ministro é uma coisa que é tratada ao mais alto nível e, enfim, eu não sei, sinceramente, não sei. São coisas que metem o Primeiro-Ministro, o Presidente da República... Não sei. Sobre a demissão do Chefe do Estado-Maior do Exército é a mesma coisa: a demissão e a nomeação do novo... O Sr. General Chefe do Estado-Maior do Exército, na altura, o General Rovisco Duarte, já teve a oportunidade de explicar aqui qual a razão pela qual uma vez disse uma coisa e outra vez disse outra...

Acho que a nós só nos resta ter de aceitar como boas as explicações dele, e pronto, não serei eu, certamente, que irei contestar o que ele disse. Parece-me que, pelas explicações dele — e, sobretudo, para uma pessoa que conheça o Sr. General Rovisco Duarte —, ele estava a ser sincero... quando deu essas explicações na Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. General.

Agradeço, também, ao Sr. Deputado António Carlos Monteiro as questões colocadas.

Segue-se, agora, o Grupo Parlamentar do PSD.

Confiro a palavra ao Sr. Deputado Leonel Costa, nos mesmos termos.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Sr. Presidente, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, começo por cumprimentar o Sr. Major-General.

Também não requeremos a sua audição, no entanto, agradecemos, obviamente, que tenha vindo a esta Comissão e as respostas até agora dadas.

Essencialmente, todos os temas foram sendo abordados. Está para nós claro todo o seu conhecimento na nomeação, como assessor militar do Primeiro-Ministro, mas há uma coisa que acho que carece de ser mais esclarecida. Já explicou aqui como funcionou e como foi a passagem de testemunho do seu antecessor para si e até explicou que, pelo conhecimento que tinha, se coordenava bem com os chefes militares. Referiu-se também aqui ao decreto-lei que diz quais as suas competências enquanto assessor militar, mas gostaria de perceber melhor quais eram, na prática, as suas funções no dia a dia.

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Sr. Deputado, estamos a falar no passado, mas é no presente, pois eu ainda exerço essas funções.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Sim, desde a sua nomeação enquanto assessor militar do Sr. Primeiro-Ministro, como nos explica as suas funções diárias ou semanais? O que faz, quando faz e como faz? O que pode explicar-nos sobre isto?

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Sr. Deputado, enfim, posso dizer-lhe, mais ou menos, qual a minha rotina diária...

Normalmente, o que fazemos é termos acesso a informação pública, que vem em fontes abertas, relatórios, toda a informação vinda de todas as origens. Procuramos conhecer os assuntos de Defesa Nacional e das Forças Armadas; procuramos ter conhecimento sobre o que se passa nas nossas Forças Nacionais Destacadas (FND) nos teatros de operações, sobre os grandes problemas da Defesa, sobre os dossiês que estão em cima da mesa, sobre os processos legislativos, sobre as coisas que estão na *pipeline*, para a reunião de secretários de Estado e para Conselho de Ministros, que tenham a ver com a área da Defesa.

Mas também sobre alguns processos legislativos, que são bastante mais complexos e, portanto, antes de entrarem na *pipeline* para irem à reunião de Secretários de Estado ou a Conselho de Ministros têm de ser trabalhados pelas várias áreas departamentais.

Portanto, isto é, no fundo, trabalhar a informação, recolhê-la, tê-la disponível, processá-la, trabalhá-la e perceber também, o que é muito importante e é isso que também temos que fazer quando trabalhamos ao nível do Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro, em que medida a nossa área de especialização interfere com as outras áreas departamentais. Para mim, a Defesa Nacional e as Forças Armadas são muito importantes, são aquilo a que eu dedico prioritariamente a minha atenção durante praticamente todo o dia, mas o Sr. Primeiro-Ministro tem 15 ou 16 — creio que 16 — ministros, portanto, em 16 grandes áreas departamentais não pode ser só Defesa, Defesa, Defesa!...

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Então, e uma vez que é assessor do Sr. Primeiro-Ministro, explique-nos as dinâmicas, em termos dos encontros, das reuniões que tem com o Sr. Primeiro-Ministro.

Há bocado deu o exemplo de que com o CEME tinha reuniões às 9 horas. Como funcionava aqui, com o Sr. Primeiro-Ministro, ou, simplesmente,...

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Ah, ok, ok!...

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Há bocado, aqui, em resposta ao meu colega do CDS, só se referia a factos através das notícias que tinha dos jornais. Referia-se ao jornal, ao *Expresso online*, à *Sábado online*... E contacto direto com o Sr. Primeiro-Ministro?

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Sr. Deputado, enfim, poderá ter-lhe escapado algum... Mas, por exemplo, referi que, na preparação para a Cimeira de Bruxelas, tive muitas reuniões, e reuniões presenciais, com o Sr. Primeiro-Ministro.

O que penso que o Sr. Deputado me está a perguntar, não sei se estou a interpretar bem a sua pergunta, é se há uma rotina, ou seja, se, naquilo a que nós, militares, costumamos chamar *battle rithm*, se, na rotina do Sr. Primeiro-Ministro, há uma reunião marcada, estruturada com o assessor militar, semanal...

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — É isso mesmo!

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Não há! Portanto, a resposta fácil e rápida... Se o Sr. Deputado, um dia, olhar para a agenda do Sr. Primeiro-Ministro vai ver que há ali grandes acontecimentos que a estruturam: Conselho de Ministros, audiência com o Sr. Presidente da República...

Portanto, quando começamos a polvilhar a agenda, a rotina do Sr. Primeiro-Ministro com estes acontecimentos, a semana fica praticamente toda... Não há, digamos, reunião semanal do assessor militar com o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro tem 16 áreas departamentais, 16 ministros...

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Já percebi que não há uma rotina, mas, eventualmente ou periodicamente, havia essa convocatória para um *briefing* sobre algum assunto?

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Sr. Deputado, se há uma questão candente, por exemplo, na preparação da Cimeira de Bruxelas, esse contacto era muito grande. Portanto, o contacto é maior ou mais pequeno consoante a agenda do Sr. Primeiro-Ministro tem um peso maior ou menor, ou há eventos na agenda do Sr. Primeiro-Ministro com maior peso na Defesa Nacional. Mas isto é igual em qualquer Governo, em qualquer parte do mundo. Quer dizer, não devemos procurar aqui uma especificidade portuguesa para isto. Não! Não é suposto... É claro que agora precisávamos de ter aqui os anteriores Srs. Primeiros-Ministros para responder a isto, mas não creio que, enfim, haja...

O Sr. Primeiro-Ministro tem uma série de assessores, de adjuntos. Se marcasse uma reunião por semana com cada um dos assessores, com cada um dos adjuntos, com cada um dos ministros, oiça, Sr. Deputado, fisicamente é impossível. Não vale a pena estamos a... É fisicamente impossível!

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Compreendo, mas um caso com a especificidade de Tancos e com os factos relevantes que aconteceram após a sua nomeação como assessor militar não levaram a que o Sr. Primeiro-

Ministro convocasse nesse tempo todo uma reunião consigo para debater este assunto?

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Sr. Deputado, penso que temos de separar os momentos. Quando foram os acontecimentos de Tancos propriamente ditos, portanto, o furto e, depois, o aparecimento do material, nessa altura, não estava no Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro. Repito, não estava no Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro nessa altura.

No período em que fui, pela primeira vez, confrontado com os acontecimentos de Tancos, estando no Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro, foi em meados de julho, como já disse. E, nessa altura, já expliquei detalhadamente ao Sr. Deputado António Carlos Monteiro que estive aqui, não sei se nesta sala ou num sala semelhante a esta, a assistir às audições do Sr. Ministro da Defesa Nacional e do Sr. Chefe do Estado-Maior do Exército que se lhe seguiram.

Depois, continuei a aguardar, como toda a gente, incluindo o Sr. Primeiro-Ministro, os resultados da investigação, porque havia uma investigação que estava em curso e, portanto, o que era importante era apurar-se quem eram os culpados. Outra coisa nem era suposto ninguém fazer, para além disso.

As medidas corretivas já tinham sido tomadas, aliás já tinham sido tomadas uma série delas, na decorrência de vários despachos do Sr. Ministro da Defesa Nacional na altura. Tudo isso estava feito.

No período da crise que foi desde o momento em que o antigo Diretor da Polícia Judiciária Militar foi detido e o momento da demissão do Sr. General CEME, portanto nessas duas ou três semanas, aproximadamente, também já tive oportunidade de explicar detalhadamente a atuação do assessor militar.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Sim, mas a minha questão é se, nesse período,...

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Não, não...

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — ... nunca foi convocado para reunir com o Sr. Primeiro-Ministro sobre estes assuntos em concreto, nomeadamente sobre factos tão importantes como a demissão do Ministro da Defesa, do CEME...?

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Sr. Deputado,...

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Basta dizer que não! Aceito a resposta.

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Não basta dizer que não. Quer dizer, claro que posso dizer-lhe que não, e com certeza a resposta é não, mas é não, porque, Sr. Deputado.

Um assunto de uma demissão de um ministro do Governo da República não é uma coisa para ser tratada... Não estou a dizer que tratar disso com o assessor militar do Primeiro-Ministro seja leviano. Não estou a dizer que seja.

Mas, vamos lá ver, estas coisas são para ser tratadas a um nível de responsabilidade que não é o meu nível de responsabilidade. Seria... Não é suposto que o Sr. Primeiro-Ministro esteja a falar com um dos seus assessores sobre um assunto dessa gravidade! Quer dizer, o Sr. Primeiro-Ministro trata disso com o Sr. Presidente da República, com os próprios, não...

Nem uma pessoa tem de se sentir diminuída por o Sr. Primeiro-Ministro não privar uma situação dessa gravidade! Quer dizer, nem eu teria

a expectativa de que uma coisa dessas pudesse acontecer. A mesma coisa, enfim, embora o chefe de um ramo esteja abaixo de um ministro, mas também é um assunto de grande gravidade, as exonerações, as nomeações dos chefes militares são processos que decorrem de propostas do Governo ao Sr. Presidente, portanto não são assuntos para o Sr. Primeiro-Ministro trocar impressões com um assessor militar. Isso não.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Então vamos descer o nível de intervenção. Disse, há bocado, que despertou para Tancos no dia 14 de julho quando viu a manchete do *Expresso*. Mesmo aqui, o Sr. Primeiro-Ministro nunca o convocou? O Sr. Assessor nunca sentiu necessidade de falar com o Sr. Primeiro-Ministro sobre este assunto?

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Acabou por não ser preciso, porque, como referi há pouco, e o Sr. Deputado deve lembrar-se, na semana imediatamente a seguir a esta notícia do *Expresso*, o Sr. Primeiro-Ministro presidiu a uma cerimónia de batismo de um navio da Marinha de Guerra nos estaleiros da West Sea em Viana do Castelo, acompanhei essa visita, ajudei a preparar os tópicos para a intervenção do Sr. Primeiro-Ministro, portanto interagimos. Mas sobre esse assunto específico não havia grandes orientações ou grandes instruções.

Era um assunto em que a Assembleia da República ia ouvir o Sr. Ministro e um chefe militar, portanto não precisava que o Sr. Primeiro-Ministro me dissesse para acompanhar um assunto desses! Quer dizer, de algum modo seria, até, um bocado ofensivo para mim esperar que o Sr. Primeiro-Ministro dissesse qualquer coisa quando isso é algo que tenho obrigação de fazer por mim, sem que, para tal, precise de uma orientação específica.

O que se impunha naquela altura e, de algum modo, ainda se impõe hoje, embora pense que hoje estaremos muito mais perto do que estávamos naquela altura, é que a investigação siga o seu curso e que toda a verdade sobre o que se passou no furto e no aparecimento seja apurada.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Então, fez o acompanhamento da situação, mas posso deduzir que, até hoje, não fez o reporte dele, porque nunca lhe foi solicitado. É isso?

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Sr. Deputado, acho que, de algum modo, também já respondi a essa pergunta.

O que é fazer o reporte? Com certeza que interajo com o Chefe de Gabinete, na altura era uma Chefe de Gabinete, do Sr. Primeiro-Ministro em diversas ocasiões, portanto os assuntos que são mais importantes serão objeto de uma troca de impressões. O reporte dessa situação... Que reporte?

Há pouco tentei explicar isto ao Sr. Deputado António Carlos Monteiro: quando a informação pública sobre um determinado facto é abundante e sei que aquilo que vem a público corresponde aos factos não é preciso ir dizer ao Sr. Primeiro-Ministro: «Sr. Primeiro-Ministro, leu a notícia do *Expresso*?» Seria um pouco ridículo!

Não tenho de ir fazer um reporte... Além do mais, houve outra coisa que o meu antecessor disse aqui que é muito acertada que é: o braço direito do Sr. Primeiro-Ministro, de qualquer Primeiro-Ministro, de qualquer governo, em qualquer parte do mundo, para as várias áreas departamentais em que se divide a Administração Pública e o Executivo de um País são os ministros que tutelam as respetivas áreas.

Quando a informação pública é abundante, quando a comunicação entre o Sr. Ministro e o Sr. Primeiro-Ministro sobre essa questão é fluida, o que é que uma pessoa vai dizer?! «Sr. Primeiro-Ministro, já falou com o Sr.

Ministro sobre este assunto?» Não. Muitas vezes, para saber se realmente essa comunicação se deu — não muitas vezes, mas ocasionalmente —, o que faço é falar com o Chefe de Gabinete do Sr. Ministro e perguntar: «Vocês já sabem isto?» «Sim, sim.» «O Sr. Ministro já falou com o Sr. Primeiro-Ministro?» «Já, já.»

Portanto, não é preciso... Se cada assessor do Sr. Primeiro-Ministro entrasse pelo seu gabinete a dentro com estes assuntos que todos os dias vão acontecendo na vida nacional, o Sr. Primeiro-Ministro não tinha oportunidade de fazer mais nada.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Sim, de facto, ter um assessor só para ler notícias... Isso o Sr. Primeiro-Ministro também o faz!

Nas reuniões com o Sr. Ministro da Defesa, estava habitualmente presente?

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Sr. Deputado, nas reuniões de despacho, em que o Sr. Ministro da Defesa despacha alguns assuntos com o Sr. Primeiro-Ministro, não estou presente.

Já estive presente em diversas reuniões em que esteve presente o Sr. Primeiro-Ministro, o Ministro da Defesa e outros membros do Governo e dirigentes da Administração Pública. Isso sim, já estive em várias reuniões de geometria variável, com formatos diferentes uns dos outros. Isso sim.

Mas se há um assunto a ser tratado entre um Sr. Ministro e o Sr. Primeiro-Ministro, o que pode acontecer é ser-me pedido algum elemento de informação que possa ajudar o Sr. Primeiro-Ministro a preparar a reunião se for necessário. Ou pode, na decorrência dessa reunião, o Sr. Primeiro-Ministro, através do Chefe do Gabinete, e normalmente fá-lo-á através dele, dar-me alguma orientação específica: «Olhe, combinámos aqui...

Combinou-se aqui com o Sr. Ministro fazer isto assim ou assado, portanto, veja lá, coordene com o Gabinete do Sr. Ministro o que quer que seja...»

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — E o assunto Tancos alguma vez foi abordado?! Presumo que não.

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Sr. Deputado, evidentemente, acho que já respondi várias vezes a essa questão aqui.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Muito bem, já percebemos que o...

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Foi nos termos em que expliquei. Mas, no tempo em que estou no Gabinete, não...

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Já percebemos que o Sr. Primeiro-Ministro nunca reuniu consigo sobre o assunto de Tancos. Mas reuniu com alguém? Já que não reunia consigo, sabe se ele reunia com alguém sobre o assunto de Tancos?

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Sr. Deputado, ... A agenda de um Primeiro-Ministro de um país moderno, da OCDE, da NATO, da União Europeia não é... Não gostaria, sinceramente, que se tratasse aqui da agenda do Sr. Primeiro-Ministro como se fosse uma coisa ligeira, uma leviandade...

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — É um assunto que não era oficial? Não eram conhecidas essas reuniões?

O que pergunto é se sabe se houve reuniões sobre Tancos do Sr. Primeiro-Ministro com outra pessoa sem ser o Sr. Assessor!

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Sim, senhor, a sua pergunta é perfeitamente pertinente! Aliás, até podia não ser e nem por isso deveria deixar de lhe responder!

Mas, Sr. Deputado, sobre o assunto Tancos, penso que já ficou aqui claro que quer quando foi o furto, quer quando foi o aparecimento eu não estava no Gabinete! Que houve reuniões, pelo menos uma reunião tenho a certeza que houve, porque foi pública! No dia 11 de julho, houve uma reunião com o Sr. Ministro da Defesa e com os chefes militares. Houve declarações públicas!

Sobre esse período, não posso dizer se houve reuniões ou não porque não estava no Gabinete! Quando cheguei ao Gabinete o aparecimento do material já tinha acontecido há seis meses e o desaparecimento há 10!

Quando há uma notícia num jornal, Sr. Deputado, não há, a seguir, uma reunião do Sr. Primeiro-Ministro, para a discutir! Não é assim que as coisas funcionam.

Como disse, tive esse primeiro contacto ... Enfim, como cidadão, com certeza que vi as notícias em 2017, mas, estando no Gabinete, o meu primeiro contacto com a problemática de Tancos foi realmente em meados de julho quando saiu essa notícia. E, pronto, o que havia a fazer foi o que foi feito, ou melhor, não havia nada para fazer, que pudesse ter sido feito e não o foi!

E quando foi aquele período entre final de setembro e meados de outubro, também já expliquei aqui que se houve reuniões em junho, julho de 2017 e em outubro de 2017 —e imagino que tenha havido—, eu não estava no Gabinete, não posso responder.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Em relação àquele documento que lhe foi entregue pelo Chefe de Gabinete, a minha questão é se entregou esse

documento ao seu Chefe de Gabinete. Já disse que o entregou, presumo que ele terá dado conhecimento ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Sr. Deputado, não sei, mas eu dei o documento ao Chefe de Gabinete. Se ele o deu ao Sr. Primeiro-Ministro, isso já não sei. Não rastreei o tratamento subsequente desse documento.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Não teve qualquer contacto, qualquer conversa com o Sr. Primeiro-Ministro sobre o teor deste documento?

Já vimos que não falava com o Sr. Primeiro-Ministro sobre Tancos, mas pelo menos o Sr. Primeiro-Ministro não comunicou ao Chefe de Gabinete para comunicar consigo? Nada? Ou seja, enviou o documento e não teve nenhum *feedback* sobre ele, quer da parte do Chefe de Gabinete, quer da parte do Sr. Primeiro-Ministro?

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Sr. Deputado, não, não tive. A resposta curta e simples é esta.

Realmente não tive, até porque no dia 12 e dias subsequentes houve uma sucessão de acontecimentos e, de algum modo, não havia sequer... Nesse dia, depois, às 5 horas da tarde, foi anunciada a demissão do Sr. Ministro da Defesa; na segunda-feira seguinte foi a tomada de posse dos novos membros do Governo; mais um ou dois dias e demitiu-se, ou seja, o Sr. General Chefe pediu para ser exonerado; depois, foi a nomeação do novo General Chefe. A partir daí, o documento, se tinha de fazer algum caminho, fez e não havia reporte nenhum a dar.

Eu entreguei o documento ao Sr. Chefe de Gabinete, documento cujos contornos, não exatamente à vírgula, estavam, digamos, na revista *Sábado* da véspera e nas edições *online* da *Sábado* e do *Expresso*, primeiro, a

descrição do documento, e depois, uns dias mais tarde, acabou por ser também integralmente reproduzido, enfim, não à vírgula. O General Martins Pereira já explicou isso aqui.

Aliás, eu, para me preparar para a audição, fiz uma cópia desse documento do *Expresso*.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Tendo em conta o teor desse documento, certamente que o seu conteúdo não passaria despercebido ao Sr. Primeiro-Ministro. Certo?

O Sr. Maj.Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Desculpe?

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Tendo em conta o teor desse documento, o mesmo não passaria despercebido ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Sr. Deputado, acho que a Comissão vai ter oportunidade de colocar uma série de questões ao Sr. Primeiro-Ministro. Li isso ontem. Portanto, acho que é o tipo de questão que pode ser colocada ao Sr. Primeiro-Ministro.

Até agora, eu posso responder, e respondo com muito gosto, pelos meus atos, por aquilo que faço: entreguei o papel ao Sr. Chefe de Gabinete, mas não tirei fotocópia do papel, não fiz nenhuma fotografia do papel, enfim, nada.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Pelo que nos dá a entender, o Sr. Assessor fez o seu trabalho, fez o reporte à cadeia hierárquica deste documento mas não teve qualquer *feedback*. Isto é normal? Parece que o assunto morre ali ou é tratado numa esfera que não conhecemos. Presumimos que o assunto não terá morrido e depreendi agora das suas últimas

declarações que realmente o documento era importante e não podia passar impercetível ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Sr. Deputado, basicamente, fez mais ou menos a mesma pergunta, embora formulada de outra maneira, mas a resposta, de algum modo, já a dei.

Eu entreguei ao papel ao Sr. Chefe de Gabinete. Não tinha qualquer expectativa— não tenho! — de, a seguir, ter um *feedback* qualquer. O papel estava ali.

Depois sucederam uma série de coisas. Não estou a dizer que haja uma relação de causalidade entre uma e outras, mas a circunstância de nesse dia se ter demitido o Sr. Ministro da Defesa Nacional, e por causa dessa demissão ter de ser nomeado outro Sr. Ministro, a tomada de posse e depois a demissão do Chefe do Estado-Maior do Exército, enfim, com todos estes acontecimentos, sinceramente, não vejo que *feedback* é que me deveria ter sido dado.

É uma ação que não requer qualquer espécie de *feedback* para mim; eu é que tenho de reportar aos meus superiores hierárquicos, não são os meus superiores hierárquicos que têm de reportar a mim.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Usou o termo coincidência. Mas será que é mesmo só uma coincidência o facto de no dia 12 de outubro o Sr. Assessor ter entregado este documento e no mesmo dia o Sr. Ministro da Defesa se ter demitido? Será mesmo só uma coincidência ou, de facto, poderá ter havido aqui uma relação causa/efeito, tendo em conta o teor do documento que conhece?

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Sr. Deputado, quanto à primeira parte da pergunta, interpreto-a mais como uma pergunta retórica porque eu não faço ideia. Não faço ideia.

A hipótese, os cenários hipotéticos que o Sr. Deputado coloca são formuláveis, são plausíveis, são pertinentes, mas, como é óbvio, pelas razões que já expus aqui, e até pela gravidade de um assunto que hoje, felizmente, até porque o material apareceu, podemos tratar aqui não digo com ligeireza, porque o trabalho que a Comissão faz é muito importante, mas com alguma sensação de segurança, não são assuntos para serem tratados... Enfim, a resposta a essas questões, não a tenho.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Leonel Costa e Sr. Major-General, pelas questões colocadas e respetivas respostas.

Dou agora a palavra, para encerrar esta ronda, ao Grupo Parlamentar do PS, pelo Sr. Deputado Diogo Leão.

Sr. Deputado, a palavra é sua.

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Major-General Tiago Vasconcelos, os melhores cumprimentos da parte do Grupo Parlamentar do PS e um agradecimento por estar aqui, hoje, a contribuir para os resultados desta Comissão de Inquérito.

Creio que o leque de questões que foram colocadas e as respostas dadas já esgotaram em grande parte a matéria útil dos contributos que o senhor, enquanto assessor militar do Sr. Primeiro-Ministro, podia aqui trazer-nos e eu também não gostaria de ser repetitivo neste exercício.

Queria começar por dizer que parece haver alguns problemas, não da parte do Sr. Major-General mas da parte de alguns Deputados, de entendimento do papel dos assessores militares do Primeiro-Ministro nesta discussão que aqui estamos a ter hoje.

É que o Sr. Primeiro-Ministro traça e avalia as políticas, naturalmente, no campo da Defesa Nacional, com os ministros, com os membros do Governo e pode ou não socorrer-se do papel dos assessores militares para o auxiliar para esse efeito. O Sr. Major-General tentou traduzir isso agora mesmo, na resposta que deu ao Sr. Deputado do PSD. É natural que assim seja, é este o papel dos assessores militares e não consigo compreender por que é que isto parece estranho a alguns Deputados ou grupos parlamentares.

Queria colocar duas questões muito breves na decorrência das informações que aqui nos prestou. Se o Sr. Major-General exercesse ainda, porventura — é uma questão hipotética, naturalmente —, as funções de Inspetor do Exército, quando conheceu o tal memorando que lhe foi entregue pelo Tenente-General Martins Pereira, como classificaria o documento? Que credibilidade daria ao documento que recebeu?

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Um documento daqueles, só lhe dou credibilidade por todo um conjunto de circunstâncias, que conduziram a que eu próprio perguntasse ao Sr. General Martins Pereira se ele estava disposto a facultar-me uma cópia, e foi por me ter sido facultado por um oficial general que conheço há muitos anos e em cuja honradez e palavra confio. Tenho a certeza absoluta, tanto quanto podemos ter uma certeza absoluta das coisas, de que aquele documento replica o que lhe foi entregue.

De outra maneira, como Inspetor Geral do Exército ou em quaisquer outras funções, ou se aquilo me chegasse anonimamente e eu fosse comandante de um Regimento, não lhe atribuíria credibilidade nenhuma. Isto sem o enquadramento. Quer dizer, um documento daqueles que me chegue sem uma série de coisas — não tem timbre, não tem data e a própria narrativa que está lá tem alguns aspetos incoerentes... Agora, sabemos que poderá ter

havido um encobrimento, uma encenação, uma coisa qualquer, mas lendo o documento a frio, sem todo este enquadramento, aquilo não...

Esta é uma pergunta altamente hipotética, porque isso não existe, é quase uma pergunta como se fosse num laboratório. «Aparece-lhe um documento daqueles. Que credibilidade é que lhe dá?» Diria que a mesma que se pode dar a uma carta anónima, ou qualquer coisa assim.

Evidentemente que se for um papel que não tem timbre mas que diz que vai haver um ataque no metropolitano de Lisboa com gás tóxico em que podem morrer 10 000 pessoas, aí, na dúvida, é uma informação que deve ser imediatamente reportada às autoridades. Mas naquela situação, como Inspetor-Geral do Exército ou noutra função qualquer, assim, a seco, em ambiente de laboratório, é evidentemente um documento que tem uma credibilidade bastante limitada.

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — O Sr. Major-General leu o documento, naturalmente, e entregou-o ao Sr. Chefe de Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro. Daquilo que leu, lembra-se de alguma informação que lá conste e que demonstre ou que possa eventualmente sugerir alguma responsabilidade do General CEME, do Ministro da Defesa Nacional ou do Primeiro-Ministro no que está escrito?

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Absolutamente não. Penso que a Comissão pediu este documento, não pediu?

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Pediu mas não o tem.

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Mas há de vir, se calhar, e depois os Srs. Deputados terão oportunidade de olhar para ele.

Como eu disse, entreguei-o ao Chefe de Gabinete e não fiz qualquer cópia. Podia ter guardado uma cópia para as minhas recordações futuras, mas não fiz isso. Agora, quando me preparei para vir a esta Comissão, tive a oportunidade de reler a reprodução que os jornais fizeram desse documento e que, como disse aqui o Sr. General Martins Pereira, não corresponde *ispsis verbis* àquilo que é o documento mas o que está lá corresponde basicamente à verdade.

O que tenho aqui à minha frente é a cópia que tirei do *Expresso*. Fiz um *copy/paste*, transformei o PDF em Word e é isso que tenho aqui à minha frente. A responsabilidade do General Martins Pereira, do Chefe do Estado-Maior do Exército, do Sr. Ministro da Defesa ou do Sr. Primeiro-Ministro é zero. Zero!

Eu podia dizer que vou dar cópia disto, mas isto não é cópia de nada! Isto é uma notícia do *Expresso*. É isso mesmo.

Neste momento, exhibe uma notícia de o Expresso.

É uma notícia do *Expresso* em que isto está. Tenho a versão em PDF, copiei, passei para *Word* e aumentei o tamanho de letra para se tornar mais legível.

Portanto, isto não é nada, é informação aberta, mas aqui não se compromete nenhuma das entidades que o Sr. Deputado referiu e também — mas aqui sou um leigo e não queria estar... — quase que sou tentado a usar o mesmo verbo que utilizou o General Martins Pereira, dizendo que, realmente, não se vê aqui, não há aqui uma evidência de qualquer crime ou de qualquer coisa. Isto na minha opinião, mas um jurista talvez possa vislumbrar aqui qualquer coisa.

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — O Sr. Major-General não esteve diretamente relacionado com estes assuntos, não presenciou, não testemunhou de forma privilegiada, como, aliás, já nos disse. Sobre aqueles que testemunhou também aqui colaborou, logo, não tenho mais questões, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Diogo Leão.

O tempo que o PS ainda tem disponível vai ser usado pelo Sr. Deputado Jorge Gomes, que dispõe apenas de 2 minutos e 30 segundos, sensivelmente.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Sr. Presidente, prometo resolver o problema em 30 segundos. É só para fazer uma pergunta ao Sr. General sobre esse documento que vem publicado no *Expresso*: acha que alguém o leve ao Sr. Primeiro-Ministro ou o Sr. Primeiro-Ministro já não lê o *Expresso* ou não tem um gabinete de informação que o informa do que está no *Expresso*?

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Sr. Deputado, foi a isso que tentei responder anteriormente aos seus colegas. Quando a informação pública sobre um determinado acontecimento é abundante e retrata fielmente aquilo que eu sei que efetivamente se passou, com certeza que o Sr. Primeiro-Ministro tem dois assessores de comunicação e, portanto...

E aliás, o Sr. Primeiro-Ministro, ele próprio, se interessa pelas notícias, embora muitas vezes possa não ter tempo de as ler porque está em atividades em que não pode estar a ver as notícias. Mas, evidentemente, muito mau era que o Sr. Primeiro-Ministro precisasse de um assessor militar para lhe levar ao conhecimento as coisas que são abundantemente

conhecidas na comunicação social e que a informação pública replica com qualidade.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Obrigado, Sr. Presidente e muito obrigado, Sr. General.

O Sr. **Presidente**: — Agora, sim, concluída a primeira ronda, haverá uma segunda ronda, que, como os Srs. Deputados bem sabem, será de perguntas conjuntas que o Sr. General terá a amabilidade de apontar para responder no final.

Seguindo a mesma sequência da primeira ronda, dou, então, a palavra ao Grupo Parlamentar do CDS-PP, pelo Sr. Deputado António Carlos Monteiro, para o que dispõe de 2 minutos.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Sr. General, pelos esclarecimentos que nos prestou até agora.

Eu queria voltar a um ponto, que é o seguinte: quando o Sr. Major-General chegou ao Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro, para todos os efeitos, Tancos tinha sido varrido para debaixo do tapete, não era um assunto, tanto mais que todo o material tinha sido recuperado, segundo informações do Sr. Primeiro-Ministro.

Aquilo que reabre o assunto Tancos é a Operação Húbris, e, a partir daí, as providências que o Sr. Major-General tomou foram a de recolher o documento junto do ex-Chefe de Gabinete do Sr. Ministro da Defesa Nacional. Tendo recebido esse mesmo documento, o passo que deu foi entregar ao Chefe de Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro. Antes de mais, o que lhe pedia era que identificasse exatamente se esse documento deu

entrada oficial no Gabinete e se ficou registado, enquanto tal, uma vez que nem no Ministério da Defesa nem na Polícia Judiciária esse registo existe.

Em segundo lugar, queria perguntar-lhe se identifica especificamente o nome do Chefe de Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro, a quem entregou o documento, uma vez que esse é um ponto que não é, para nós, despiciendo. E, Sr. Presidente, não é irrelevante, porque é óbvio que tenhamos de ouvir o Sr. Chefe de Gabinete para saber que destino deu a esse documento e ficaria, desde já, esta nota de que o CDS irá proceder a esse requerimento.

Também, na sequência dessa entrega do documento, o que o Sr. Major-General nos diz aqui, hoje, é que a sequência acabou por ser a demissão do Sr. Ministro da Defesa Nacional e subsequentemente a posse do novo Ministro da Defesa Nacional, a demissão do Sr. Chefe do Estado-Maior do Exército. E, portanto, a minha pergunta é se considera que a consequência da entrega do documento ao Chefe de Gabinete e aquilo que eventualmente ele terá feito a seguir foi aquilo que levou à demissão do Sr. Ministro da Defesa Nacional, uma vez que todas as afirmações feitas pelo Sr. Primeiro-Ministro na Assembleia poderiam ser colocadas em crise, com essa entrega do documento e uma vez que o Gabinete passou a ter conhecimento dele. Queria também ouvi-lo sobre esse ponto.

O Sr. **Presidente**: — Para encerrar esta segunda e última ronda, pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Ascenso Simões.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Peço desculpa aos Srs. Deputados por trazer aqui a minha experiência pessoal. Fui Secretário de Estado em três pastas, com três ministros, durante quase cinco anos. Nunca, no meu gabinete, qualquer informação de qualquer

assessor foi registada em qualquer tipo de registo. Não é habitual, não é assim que as coisas funcionam, os documentos dos assessores são os documentos do Secretário de Estado e não são os documentos do Ministério, porque os documentos verdadeiros e que interessam são os documentos enviados pelos serviços, são esses que devem ser registados e que devem ser sujeitos aos Membros do Governo. Portanto, vamos lá ver se nos entendemos relativamente ao funcionamento dos Governos!...

Risos do Deputado do CDS-PP António Carlos Monteiro.

Os membros dos gabinetes são elementos coadjuvantes da decisão dos Membros do Governo! Os membros dos gabinetes não são Administração Pública! Portanto, não vamos transformar aqui os membros dos gabinetes em alguém que tem de fazer um papel para se dar entrada nesses mesmos gabinetes. Isso não existe! Isso é patético! Não existe!...

Protestos do Deputado do CDS-PP António Carlos Monteiro.

A primeira questão é a questão do varrer para debaixo do tapete? Nada do que aqui se tratou hoje leva a uma consideração destas! Mas quem é que varreu para debaixo do tapete?...

Protestos do Deputado do CDS-PP António Carlos Monteiro.

O Sr. Deputado pode permitir que eu fale? Eu falei no seu tempo? Mas quem é que varreu para debaixo do tapete?

Segunda questão: a entrada do documento levou à demissão do Ministro da Defesa Nacional!? Mas quem é que disse isto aqui? A mentira, depois de ser afirmada tantas vezes numa Comissão, não pode passar a ser

verdade! Não é! Não existiu! Não aconteceu! E portanto, Sr. General, peço-lhe que nas suas respostas tenha em conta a circunstância em que nós estamos aqui, no Parlamento! O Parlamento não serve para que as pessoas que aqui vêm depor sirvam para assinar, rubricar, confirmar insinuações, inverdades e suposições de partidos políticos e Deputados! Aqui, nós estamos para ouvir! Aqui, não estamos para confirmar aquilo que alguns políticos querem que a Comissão diga!...

Risos do Deputado do CDS-PP António Carlos Monteiro.

Nem o Sr. General disse nem ninguém aqui ouviu isso. Portanto, no meu tempo... Não faço nenhuma pergunta, mas faço este comentário, de acordo com o Regulamento e de acordo com aquilo que são os meros direitos de Deputado!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, agradecendo as questões colocadas e as intervenções, dou a palavra ao Sr. Major-General Tiago Vasconcelos para responder e para concluirmos, assim, esta audição.

Tem a palavra, Sr. Major-General.

O Sr. Maj. Gen. **Tiago Vasconcelos**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, agradeço as perguntas e os comentários dos Srs. Deputados.

Evidentemente não consigo, não posso nem quero, nem acho que devesse controlar aquilo que cada um dos Srs. Deputados é livre de dizer. Mas é claro que os senhores, mesmo sendo Deputados, o que não são livres de dizer é que afirmei coisas que possa não ter dito e acho que isso ficou... Tive sempre oportunidade, até agora — e vou continuar a fazê-lo —, se algum dos Srs. Deputados puser na minha boca ou no meu pensamento ou, enfim, deduzir de algo que eu disse alguma coisa que manifestamente não

disse e que até pode ser ofensiva... Nem sequer é ofensiva para o Sr. Primeiro-Ministro! De algum modo, pode até ser ofensiva para a dignidade com que devemos tratar instituições que são de nós todos: os governos e o Parlamento são de nós todos.

Eu percebo que os Srs. Deputados têm de fazer o seu trabalho político, também, que respeito e acho que é muito importante que o possam fazer livremente, mas, dito tudo isto e não querendo, enfim, estar aqui a tomar partido entre os Srs. Deputados, de facto, do conhecimento retrospectivo que tive da reação do Governo aos acontecimentos de Tancos, não me parece realmente que a expressão «varrer para debaixo do tapete» seja a mais adequada.

Na sequência dos acontecimentos foi criada esta Comissão de Inquérito, que foi aprovada unanimemente por todos os grupos parlamentares, portanto, penso que toda a gente e a população reconhece, de algum modo, que quando alguma coisa corre mal... E, evidentemente, o furto das armas de Tancos configura uma quebra de segurança.

Claro que é um crime a violação do perímetro de uma instalação militar, o arrombamento das portas de um paiol, o furto de material de guerra, tudo isto são crimes e estão a ser investigados. Tendo sido um crime, configura também uma quebra de segurança numa instalação militar e, portanto, a própria organização militar, bem como o Governo e todas as instituições têm de ver o que correu mal, porque há coisas que são imprevisíveis.

Quer dizer, nós não conseguimos prever um terramoto e, portanto, não vale a pena tentar responsabilizar alguém quando acontece um terramoto. Sabemos que pode acontecer de vez em quando, mas não conseguimos determinar, de forma exata, quando vai acontecer.

Portanto, o que é preciso termos a noção é daquilo que era previsível e que podia ter sido feito melhor antes da ocorrência, se realmente há

ensinamentos a recolher e o que podemos fazer para melhorar os procedimentos, a circulação da informação. E desse ponto de vista, acho que o trabalho desta Comissão pode ser útil e importante para eventualmente se chegar à conclusão de que há certos procedimentos que podem ser aperfeiçoados.

De resto, foram tomadas uma série de medidas para reforçar a segurança. Na sequência de uma série de despachos que mencionei aqui e que me tocaram, mais ou menos indiretamente, também um pouco nas funções que desempenhava na altura destes acontecimentos, como Adjunto do Planeamento e Coordenação do EMGFA. Houve muita coisa que foi já feita e, portanto, não foi varrido para debaixo do tapete.

Quando ocorreu o aparecimento do material, como também já disse aqui, é minha convicção profunda que se o Sr. Primeiro-Ministro disse que o material tinha sido recuperado, é porque, com certeza, o Sr. Primeiro-Ministro — e nenhum de nós espera isso, seria ridículo — não estava propriamente a contar, a fazer uma contagem do material. Se o Sr. Primeiro-Ministro disse que o material tinha sido recuperado é porque as pessoas tiveram, no momento, a convicção de que o material tinha sido recuperado.

Posteriormente veio a saber-se que afinal havia alguns artigos em falta, mas, ao mesmo tempo, também temos de reconhecer com alguma justiça — acho que toda a gente reconhece isso — que o grosso do material foi efetivamente recuperado.

Portanto, uma pessoa que olhasse por grosso para aquele material, enfim, se fosse possível tirar uma fotografia do material que desapareceu e do que apareceu, provavelmente diria: «Sim, o material está aqui todo». Depois, quando se vai fazer uma contagem exaustiva e de pormenor, pode chegar-se à conclusão de que, realmente, podem faltar alguns artigos. É claro que mil e tal munições é muita coisa, mas o volume em si não é uma coisa assim muito grande.

Obviamente, não subscrevo a opinião de que, quando cheguei ao Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro, a questão de Tancos tinha sido varrida para debaixo do tapete. O que subscrevo, porque foi a experiência que tive, é que a questão de Tancos não era uma questão candente, prioritária. Não era. Aliás, já expliquei aqui que a questão, na área da Defesa e das Forças Armadas, que nessa altura ocupava mais tempo nas preocupações do Sr. Primeiro-Ministro, podemos dizer assim, era a preparação da Cimeira da NATO em Bruxelas, em que tínhamos de apresentar um documento que tinha de ser feito com muito rigor, que tinha de ser muito bem sustentado tecnicamente e muito bem preparado, que fosse credível perante os nossos aliados e que, de algum modo, colocasse o País, que é nós todos, à margem de alguma crítica por não estarmos a demonstrar de forma inequívoca que o Estado português estava comprometido com aquilo que era o seu compromisso de 2014, na Cimeira de Gales.

O assunto de Tancos não estava «varrido para debaixo do tapete», nunca foi «varrido para debaixo do tapete». No momento em que assumi funções no Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro esse assunto não era, talvez, um assunto que estivesse na ordem do dia pela simples circunstância de que havia outros assuntos mais importantes, ou pelo menos mais prioritários, a tratar.

É um facto que depois, em meados de julho, com a notícia do *Expresso*... Enfim, é o primeiro contacto que tenho com esta matéria, já no Gabinete, e já expliquei o que foi feito nessa quinzena, até agosto, altura em que começam as férias. Depois, quanto àquele período mais específico entre a detenção do Sr. Coronel, antigo Diretor da Polícia Judiciária Militar, e as demissões do Sr. Ministro e depois do Sr. General Chefe, acho que já tive oportunidade de relatar aqui com bastante pormenor.

Como disse, entreguei o papel ao Chefe de Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro. O Sr. Primeiro-Ministro só tem um Chefe de Gabinete, com

certeza, e tenho muito gosto em dizer aqui o nome, o Dr. Francisco André, o que é público e notório, está na página oficial do Governo e não me parece que seja uma novidade muito grande. Sobre o que depois foi feito ao documento, como eu já disse, não sei qual foi o destino subsequente do documento.

Também já respondi aqui às questões sobre a eventual relação de causalidade que pudesse haver entre a circunstância de eu ter entregado um documento ao Sr. Chefe de Gabinete e uma série de acontecimentos subsequentes. Não sei se houve ou não. Como eu disse, são assuntos que devemos ter a noção que são tratados a um nível muito elevado. Estamos a falar de um Ministro do Governo da República, que é de nós todos. É uma coisa que é tratada com o Sr. Primeiro-Ministro, com o Sr. Presidente da República, com as pessoas diretamente envolvidas e não são assuntos para se trocar impressões com um assessor.

Relativamente ao destino administrativo que o documento pudesse ter tido,...

O Sr. António Carlos Monteiro (CDS-PP): — O registo!

O Sr. Maj. Gen. Tiago Vasconcelos: — Quanto ao registo administrativo, enfim, não tutelo esse serviço mas não me parece que a cópia que me foi facultada pelo Sr. General Martins Pereira, com as características do documento... Enfim, os Srs. Deputados terão a oportunidade de ver e de fazer esse julgamento em primeira mão quando lerem o documento e suponho que a conclusão a que vão chegar, diria que quase de certeza absoluta, é que aquilo não é um documento que deva ser registado, dar entrada e ser tratado pelas secções de expediente e de arquivo, pelas estruturas que há nos gabinetes. Não tem um número de registo e, para o ter,

seria um documento que teria de ter saído de algum lado, teria de ter um assunto, teria de ter qualquer coisa.

Em todo o caso, se a Comissão chegar à conclusão que é importante ouvir o Sr. Chefe de Gabinete sobre um eventual tratamento arquivístico que possa ter dado a um documento destes, se acharem que isso é suficientemente importante, pois está nas mãos dos Srs. Deputados chamarem o Sr. Chefe de Gabinete para lhe perguntarem isso. Mas eu não tive conhecimento sobre o tratamento que possa ter sido dado subsequentemente a esse papel, a esses dois papéis.

Suponho que com isto respondi a todas as questões.

O Sr. **Presidente**: — Quero agradecer ao Sr. Major-General Tiago Vasconcelos todos os esclarecimentos prestados. Com esta resposta às questões colocadas na segunda ronda conclui-se esta audição.

Recordo às Sr.^{as} e Srs. Deputados que às 17 horas e 30 minutos teremos nova audição.

Eram 17 horas e 12 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.